

USOS DOS CELULARES EM ESCOLAS PÚBLICAS

Livia Neiva

Resumo

Este artigo apresenta resultados da pesquisa que estudou o que provoca os usos dos dispositivos móveis que os estudantes têm e levam com eles para o ambiente escolar. As bases metodológicas da investigação seguiram a abordagem qualitativa. Os procedimentos de coleta de dados incluíram a observação direta nas salas de aula, na entrada e saída, nos intervalos de recreio, as quais foram anotadas em protocolos de registro e aplicação de questionário para 1022 alunos. A pesquisa levou em consideração os estudos teóricos de Lemos (2004, 2009), Santaella (2007), Nicolaci-da-Costa (2004), Moura (2009, 2010), Caron e Caronia (2005). Com os celulares sempre por perto, os jovens estão imersos num ecossistema de comunicação multimídia, com experiência cultural difusa e descentrada que ocasionam conflitos dentro e fora da sala de aula.

PALAVRAS-CHAVE: Dispositivos Móveis e Educação. Cultura Juvenil Móvel. Celular na escola.

O CELULAR: APROPRIAÇÃO COTIDIANA E PROIBIÇÃO NA ESCOLA

Em maio de 2010 foi promulgada pela Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, a Lei Estadual nº 16.993, que proíbe o uso de celular na escola. Mas apesar da promulgação desta e de outras leis, quer seja em âmbito municipal, estadual ou federal, e dos regimentos internos de cada escola que proíbem o uso do celular no ambiente dessa instituição, essa tecnologia está lá, nas mãos, no bolso da calça jeans, dentro da bolsinha de lápis, no jaleco branco que alguns professores trajam, na mesa da diretora.

O Brasil já tem mais celulares do que habitantes e iniciou o ano de 2013 com mais de 263 milhões de linhas ativas na telefonia móvel, apresentando uma teledensidade de 133,25 acessos para cada cem habitantes, ou seja, são mais de 133 aparelhos para cada grupo de cem pessoas, o que sugere mais de um telefone móvel por pessoa. Somente no mês de fevereiro de 2013 foram registradas pela Anatel mais de 785 mil novas habilitações de telefones celulares. Atualmente, a posse do celular é duas vezes maior que a do computador, cujos índices de uso doméstico e corporativo atingem 118 milhões, segundo a 24ª Edição da Pesquisa Anual do Uso de TI, realizada pelo Centro de Tecnologia de Informação Aplicada da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EAESP) e divulgada em abril de 2013.

O acesso à Internet e a posse de telefone celular foram objetos suplementar da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) no período de 2005 e 2008, e a

partir de 2009 passou a fazer parte do protocolo da pesquisa. Em 2005, 36% da população possuía celular, e em 2011 esse percentual, conforme pesquisa da PNAD, já era de 69%, ou seja, nesse período, houve um aumento de 107% no contingente de pessoas com 10 ou mais anos de idade que tinham telefone móvel. Distrito Federal, Rio Grande do Sul e Goiás foram os estados com o maior número de pessoas que possuíam telefone móvel celular em 2011, com 87%, 77% e 77%, respectivamente (IBGE, 2013).

Esses dados demonstram que a posse de um aparelho celular foi apropriada pelos sujeitos em processos culturais e econômicos, e, portanto, está presente na escola não por determinações políticas, mas como parte normal da vida cotidiana. Mas de que forma essa nova cultura aparece na escola? A proposta desta pesquisa foi observar o que provoca, no ambiente escolar, os usos dos dispositivos móveis que os estudantes levam consigo para a escola. Diante deste cenário, foi definido o seguinte objetivo para este estudo: identificar e analisar, em quatro escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio, quais são os usos que os estudantes fazem de seus celulares quando estão no ambiente escolar.

DISPOSITIVO EMERGENTE

Para se referirem aos dispositivos móveis, Caron e Caronia (2005) fazem uso do termo “tecnologia emergente de comunicação”, enquanto Santaella (2007) denomina as questões desencadeadas pelos usos dos celulares de “mídia emergente”. É interessante notar que esses autores fazem uso da expressão “emergente”, em detrimento de “nova mídia” ou “novas tecnologias de informação e comunicação”. Entendem eles que “emergente” configura-se como um adjetivo melhor do que “novo”, porque as tecnologias de informação e comunicação sempre desencadearam transformações culturais profundas (CARON; CARONIA, 2005), alterando de modo significativo os ambientes em que vivemos, como ocorreu com a energia elétrica, o telégrafo, o rádio e a televisão. A palavra “emergente” reforça, assim, a ideia de que se trata da tecnologia que está em destaque agora, neste momento histórico. Santaella (2007) explica que, quando surgem, as novas mídias são, via de regra, recebidas como forasteiras, provocando relutância, estranhamento e mesmo temor. Conforme a autora, sempre leva certo tempo até que sejam capazes de introduzir mudanças sensíveis na ecologia vigente.

Longe de levar as anteriores ao desaparecimento, a mídia emergente vai se espremendo entre as outras e gradativamente encontrando seus direitos de existência ao provocar uma refuncionalização nos papéis desempenhados pelas anteriores. É justamente isso que tem sucedido

com os dispositivos móveis, cuja velocidade de absorção e domesticação vem se dando em progressão geométrica espantosa. (SANTAELLA, 2007, p. 232)

A tecnologia emergente, segundo esse princípio, é capaz de alterar as funções sociais realizadas pelas tecnologias precedentes, provocando remanejamentos, e não eliminação, no papel que cabe a cada uma desempenhar. Esses remanejamentos, por sua vez, provocam o surgimento gradual de ambientes socioculturais novos. Então, o celular foi entendido neste estudo como uma tecnologia emergente, e não nova, porque está em evidência no dia a dia e convive com as tecnologias que a precederam. Ao falar de celular, precisamos ter em mente os sistemas de computação que se tornaram invisíveis, mas onipresentes. Essa tecnologia que está em destaque no momento e que, portanto, é emergente, tem por principal característica o fato de ser portátil, móvel, mas, mais do que isso, por possuir várias tecnologias em um único aparelho.

Com a computação ubíqua instalada em seus microchips, na memória *flash* (permite uma capacidade de armazenamento de dados cada vez maior), nas possibilidades de trocas com outros aparelhos por meio de redes de curto alcance como *Bluetooth* ou redes de Internet sem fio, como Wi-Fi e o 3G, além das múltiplas funções já relatadas, como câmera de vídeo, foto etc., o celular abre um mundo de novas possibilidades. Conforme Lemos (2004), o celular expressa a radicalização da convergência digital, por isso, o termo “dispositivo móvel” torna-se mais apropriado para essa tecnologia emergente. Estamos, acentua o autor, em uma era em que a “Ubicomp”, ou computação ubíqua, profetizada por Mark Weiser em 1991, tornou-se realidade: objetos computacionais estão imersos no cotidiano de forma onipresente. Então, o termo “dispositivo móvel” refere-se ao conjunto dessas tecnologias emergentes: telefonia móvel, microchips, Wi-Fi, *Bluetooth*, microcâmeras de captação de imagens estáticas ou em movimento, sistemas de captação de áudio entre tantas outras que se acumulam nos aparelhos celulares. Peixoto (2012) considera ainda que a noção de “dispositivo” representa uma alternativa teórico-metodológica para o tratamento das tecnologias como objetos técnicos e socioculturais, contextualizados pelas representações e usos que os envolvem. Na relação entre tecnologia e educação, a noção de tecnologia como dispositivo supera o raciocínio que a reduz à sua condição de ferramenta ou instrumento, pois, pontua a autora, são também objetos culturais portadores de sentido. Ao utilizarem esses objetos, os sujeitos sociais criam para eles novas funções, transformando-os. “Tal transformação pode acarretar mudanças

significativas também nestes sujeitos por meio de novos posicionamentos que adotam ou mesmo de novas percepções que constroem” (PEIXOTO, 2012, s.p.). Assim, diz ainda o autora, o conceito de dispositivo dá conta do fato de uma nova relação com as tecnologias caracterizar a sociedade contemporânea.

METODOLOGIA E RESULTADOS

Esta pesquisa teve abordagem qualitativa e utilizou o método comparativo constante, por coletar dados em múltiplos locais simultaneamente (BOGDAN; BIKLEN, 1994), tendo como lócus duas unidades escolares municipais e duas estaduais. Foram utilizados instrumentos como observações, anotações em Protocolos de Registros (PR), Diário de Campo (DC) e aplicação de questionário para 1022 alunos. A partir dos dados de campo e de certas palavras, frases e padrões de comportamento que se repetiram, foi possível esboçar três categorias para análise do material: 1) contexto escolar; 2) dispositivo móvel; 3) legislação.

1) Contexto Escolar

Pesquisar sobre os usos do celular na escola foi também pesquisar a própria escola. O dia a dia, os profissionais que trabalham ali, as exigências, as cobranças das instâncias municipais, estaduais e federais. As escolas pesquisadas não são instituições livres; elas precisam cumprir regras e atingir metas estabelecidas principalmente pelas instâncias governamentais. Ao mesmo tempo são também o cenário de todo tipo de manifestação e expectativas dos alunos, de suas famílias e de outros agentes externos que refletem naquele contexto, como a violência, a droga, a prostituição, a sexualidade não orientada. Entender esse conjunto é importante porque o objeto de estudo é uma mídia de natureza complexa, inserida num contexto também complexo. E a intenção desta pesquisa é orientada pela compreensão de que os usos de qualquer tecnologia estão imbricados no contexto e nas intencionalidades dos usuários. (Caron e Caronia, 2005).

Um dos pontos que este estudo revelou é que os usos dos celulares parecem estar fortemente vinculados ao controle do que se passa dentro da escola. A proibição do uso do celular revelou-se ligada também à responsabilidade da gestão sobre o que ocorre nesse espaço formal público, às repercussões que certos conteúdos podem trazer para a imagem daquela instituição educativa e à satisfação devida aos pais sobre o que fazem (aluno que pratica a ação comunicativa de compartilhar) e o que sofrem (alunos que são vítimas do conteúdo compartilhado) seus filhos quando sob a tutela da instituição. (repete mais adiante; ver onde deixar) As potencialidades de comunicação e expressão

que essa ferramenta possui, destacaram-se, de um lado, pela comunicação contínua dos estudantes com quem quer que eles queiram, mas por outro lado, pela ausência de diálogo e orientação sobre os usos que os alunos fazem do celular em sala de aula e nos corredores da escola.

Para a escola, instituição social importante, mas ainda permeada de muito controle e regulação, o que foge ao seu monitoramento pode tornar-se um grande desafio. Se administrar uma escola significa controlar as ações do seu público, o que fazer diante de uma tecnologia de comunicação cujo uso não se controla, ou seja, com quem as pessoas estão conversando ou trocando arquivos de áudio, vídeo e foto em tempo real? É possível controlar o fluxo de comunicação direta e pessoal que o celular permite? A administração escolar tende a se tornar mais complexa diante da presença constante dos dispositivos móveis.

Em sala de aula foi notada a seguinte dinâmica: o docente recolhe o celular do estudante e o encaminha para a diretora ou coordenadora pedagógica. Somente os pais ou responsáveis podem ir buscá-lo. Quando os pais vão à escola, eles ouvem da equipe gestora sobre a proibição e um alerta que da próxima vez ele será encaminhado para o ouvidor e agente do Juizado da Secretaria Municipal, e, no caso do Ensino Médio, encaminhado para o Conselho Tutelar ou Ministério Público. Na Escola Estadual A, os celulares confiscados foram guardados na gaveta de um dos armários da sala da vice-diretora ou no armário da sala da diretora. Na Escola Estadual B, os celulares confiscados foram guardados na sala da gestão. Como houve um caso de arrombamento de armário para resgate dos aparelhos, a vice-diretora passou a levá-los para casa. Furtos e sumiços de dispositivos móveis, como *tablets* e *smartphones*, também foram relatados pelas diretoras e coordenadoras técnicas e pedagógicas das quatro escolas visitadas, ocorrências que geram cobranças dos pais para a equipe gestora.

2) Dispositivo Móvel

Nessa categoria a preocupação esteve centrada em agrupar e descrever as ações observadas de usos e estratégias de uso que ocorreram ao longo dos três meses de observação nas escolas, e analisá-las junto com as respostas dos estudantes ao questionário, enfocando não apenas as funções técnicas dos celulares, mas também as relações que foram estabelecidas a partir dos usos, que ocorrem, conforme observado, de duas maneiras: usos permitidos e usos subterrâneos.

As estratégias de uso escondidas foram denominadas subterrâneas porque, embora não sejam aceitas pela escola, elas ocorrem de forma oculta nos espaços da

própria escola. Usos escondidos denunciados pelo brilho da tela refletido no rosto, pelo movimento das mãos em posição de digitação ou ainda do dedo indicador que desliza na tela *touchscreen*, como se o usuário estivesse procurando algum arquivo ou aplicativo, foram percebidos em todas as observações em sala de aula de três escolas. Na escola em que essa prática não foi comum o relato espontâneo de estudantes da turma do 8º ano revelou o uso do celular no banheiro, único espaço em que não havia vigilância. Na justificativa para esses usos subterrâneos, destacaram-se dos dados coletados em campo: a necessidade dos estudantes de manter seus dispositivos sempre próximos de suas mãos, pois, ainda que estivessem desligados ou sem uso, precisavam estar visíveis; e a necessidade da presença do celular porque ele representa o contato direto com os familiares e uma sensação de segurança caso alguma coisa urgente ocorra.

Ficar sem o celular, para o jovem, é perder uma parte de si. Resultado dos estudos de Nicolaci-da-Costa em 2004 já apontavam que a posse e o uso do celular pelos jovens constituem a base de sua identidade na realidade fluída e flexível. Conforme a autora, “não é à toa que os jovens se sentem perdidos quando não têm seus celulares por perto” (2004, p. 17). O fato de o terem por perto gera uma sensação de segurança, de estarem acompanhados.

Já as situações em que uso do celular era permitido criavam oportunidades para os estudantes exercerem seus modos de ser. Para Nicolaci-da-Costa (2004), o celular configura-se como condição da identidade dos jovens urbanos na contemporaneidade. Era na entrada para a escola, no momento de troca de professores, na hora do recreio e na saída da escola, que os fones de ouvido e os dispositivos móveis emergiam dos bolsos das calças, casacos, mochilas ou de qualquer outro lugar onde estivessem guardados. O recreio era o palco do desfile de vários eletrônicos portáteis – celulares, mp3 *players*, fones de ouvido, *tablets*, *netbooks* e acessórios, como a diversidade de capinhas para celulares. Vários modelos, marcas e tamanhos circulavam nas quatro escolas. O fone de ouvido era frequentemente compartilhado entre o proprietário e outro colega. Nesses espaços de uso permitido havia a possibilidade de exercer a cultura digital móvel (LEMOS, 2004), condição juvenil da atualidade (NICOLACI-DA-COSTA, 2004).

Em sua pesquisa sobre a cultura juvenil móvel na América Latina, Artopoulos (2011), afirma que a aquisição do primeiro celular é um rito de passagem que simboliza o momento em que os jovens vão começar a ser percebidos como, “protoadultos”. Para o autor, o celular é parte fundamental da construção da identidade do jovem e dos

processos sociais que lhes dão sentido. É um “fenômeno que abarca toda a juventude da estrutura social contemporânea” (p. 36) e imbrica nos modos de ser jovem hoje. No contexto de uso dos jovens de Santiago, no Chile, o que esse pesquisador observou, diante da recusa dos sistemas escolares em aceitar o telefone celular, foi o desenvolvimento de métodos cada vez mais sofisticados para subverter os limites impostos pela escola. O entusiasmo dos jovens pelos seus celulares e a compreensão do emaranhado de questões sociais, culturais e técnicas que envolvem esses dispositivos representam, no entendimento de Artopoulos (2011), oportunidade de repensar os limites impostos pelo sistema escolar de forma a adaptarem-se a esse fenômeno que envolve toda a juventude contemporânea.

Gerência da Família e o sentido de urgência

O celular, de acordo com Caron e Caronia (2005), permite a relação familiar a distância e tornou-se um meio de comunicação que facilita a coordenação das atividades da família. “A família contemporânea parece ter encontrado uma tecnologia que permite o exercício do controle e da responsabilidade familiar, de um lado, e a independência e autonomia comunicativa das suas próprias crianças de outro” (p. 7). Lemos (2004) também faz reflexão semelhante, quando ele denomina o celular de “controle remoto do cotidiano” (p. 6) e explica que estudos no Japão e na Finlândia mostraram que a ênfase ao uso dos telefones celulares foi explicada em parte pela possibilidade de controle e coordenação sobre diferentes ações do cotidiano, incluindo a manutenção do círculo de amizade, e por aumentar a sensação de segurança e o contato permanente com os familiares.

Nota-se que os estudantes usaram como justificativa para discordar da proibição do uso do celular a necessidade de atender ao chamado dos pais, porque pode ser “urgente”. Essa palavra foi frequente na redação dos respondentes. Ficar impedido de falar com os pais, pois “pode ser alguma coisa urgente”, foi a justificativa apresentada por 50% dos estudantes do Ensino Médio e 25% dos alunos de Ensino Fundamental para discordarem da proibição dos celulares em sala de aula. Essa mesma justificativa foi apresentada por 24% dos estudantes de Ensino Médio que disseram concordar e discordar concomitantemente com a proibição, enquanto 8% dos alunos de Ensino Fundamental concordam com a proibição, pois julgam que o celular os distrai das aulas e ao mesmo tempo discordam, alegando que pode ser necessário atender a alguma ligação urgente.

Para Artopoulos (2011), os crescentes níveis de autonomia e liberdade que acompanham os usuários de dispositivos móveis andam juntos com os níveis crescentes de controle e vigilância, “graças aos usos que os pais ou responsáveis fazem dos dispositivos móveis especialmente pela permanente sensação de insegurança que permeia as vidas cotidianas da maioria dos habitantes das cidades contemporâneas” (p. 44). Essa mesma sensação também é sentida pelas gestoras e docentes pesquisadas. Notei uma ambivalência entre os papéis de gestora e mãe, apresentados pelas diretoras e coordenadoras em nossas conversas informais: como gestoras, as quatro diretoras posicionaram-se contra a presença do celular na escola, entretanto, quando se colocaram na posição de mãe, disseram ser imprescindível que seus filhos levem seus celulares, pois elas precisam saber onde encontrá-los, o que estão fazendo, enfim, monitorá-los. E elas estenderam essas preocupações às professoras. Com o celular em mãos, profissionais da educação e mães podem continuar em contato direto e constante com suas crianças, mesmo no período em que se encontram trabalhando na escola.

3) Legislação

As políticas educacionais de inclusão digital, de comunicação e educação, admitem a cultura da sociedade tecnológica (por razões diversas, incluindo a pressão econômica) enquanto o âmbito legislativo vai na contramão, pois parece existir uma distância considerável entre as políticas educacionais e as legislações educacionais. O MEC (2012) destaca a importância da inserção dos professores e das escolas no ambiente tecnológico e distribuiu 5 mil *tablets* aos professores de Ensino Médio, enquanto tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 2.806/2011, de autoria do deputado Márcio Macedo (PT-SE), que versa sobre a proibição do uso de aparelhos eletrônicos portáteis nas salas de aula dos estabelecimentos de educação básica e superior. Leis estaduais e municipais também já foram aprovadas proibindo o uso de tecnologias móveis nas escolas, em especial, do celular, sem apresentação de justificativas. Em todas as escolas visitadas o texto da Lei estadual nº 16.993, de 10 de maio de 2010, que versa sobre a proibição ao uso do celular, estava anexada na entrada da escola e/ou em locais visíveis, como murais de avisos.

A Carta de Compromissos

Com o propósito de resgatar valores na busca de uma cultura de paz no ambiente escolar, representantes de professores, pais, alunos, funcionários e gestores de todas as unidades escolares municipais e estaduais, bem como representantes da Polícia Militar,

da Polícia Civil, do Conselho Tutelar, da Divisão de Fiscalização e Postura e do Ministério Público participaram de um seminário com objetivo de reeditar a “Carta de Intenções”, assinada em 2007 por autoridades anapolinas. Os representantes das entidades supracitadas reeditaram esse documento, que passou a ser denominado “Carta de Compromissos” e foi assinada no dia 28 de junho de 2012 em cerimônia realizada no auditório do SENAI.

O documento em síntese, apresenta preocupação com: a divulgação e cumprimento do regimento escolar; a participação da família nas atividades dos filhos; o combate ao uso e tráfico de drogas; a segurança, a partir da presença da Patrulha Escolar da Polícia Militar em todos os turnos de funcionamento das unidades escolares; as ações para coibir a indisciplina e a violência; a ciência dos pais quanto às suas obrigações em relação à educação dos filhos, incluindo a obrigação de levá-los ao médico. O compromisso de número três cita a proibição ao uso do celular:

3. Proibir nas dependências da Escola, o uso do boné, shorts curtos, minisaias, blusas curtas, decotadas e transparentes bem como alteração no uniforme (com exceção dos concluintes), uso do celular e equipamentos tecnológicos não compatíveis com as atividades pedagógicas, bem como proibir o uso do cigarro nas dependências da escola para funcionários e alunos.

De acordo com o depoimento das quatro diretoras das escolas pesquisadas, a “Carta de Compromissos” é colada no caderno de todos os estudantes e é usada como instrumento de controle para a não utilização do celular em sala de aula. Na Escola Municipal D, já no primeiro dia de pesquisa, antes da primeira observação em sala de aula, a diretora da escola me avisou que, além da Carta de Compromissos, ela havia passado de sala em sala reforçando a proibição do uso do celular, bem como o recolhimento dos aparelhos e a entrega para a Ouvidoria da Secretaria Municipal de Educação. A vice-diretora da Escola Estadual B relatou que cumpre a “Carta de Compromissos”, e, se o celular tocar, o professor deve recolhê-lo e encaminhá-lo para a gestão da escola. A equipe gestora guarda o aparelho por 48 horas, ou até que os pais ou responsáveis o busquem. Extrapolado esse limite, o aparelho é encaminhado para o Ministério Público

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde as primeiras visitas às escolas, ainda no processo de seleção das unidades que seriam pesquisadas, os depoimentos espontâneos e as reações dos docentes entrevistados já indicavam que o uso do celular ocorria em sala de aula e uma relação de conflito se estabelecia por causa disso. O celular, dispositivo móvel, com implicações

socioculturais, apresenta-se como o oposto às disposições da cultura escolar. Ele é pessoal; a escola é coletiva. Ele é livre no tempo e no espaço; a escola é reguladora e regulada dentro de espaços e tempos fixos.

Se, de um lado, existe uma instituição formal, que tem tempos definidos, com horários de entrada e de saída; que exige dos alunos uniformes e que se sentem em lugares previamente indicados; que precisa obedecer a regras e determinações legislativas; e que deve satisfações aos órgãos reguladores, avaliadores e aos pais de cada um dos alunos que atende; de outro lado, temos um dispositivo emergente, disseminado, que rompe com as barreiras de tempo e espaço e que pode ser personalizada por cada usuário, que, por sua vez, pode gerar e disseminar informações multimídias sem precisar de alguém que autorize essa ação. Na escola, autoridade formal, regulação e controle. Com o celular em mãos, autonomia e independência.

O texto da legislação goiana proíbe o uso do celular em sala de aula, mas não diz o que fazer diante da insistência ao uso. Tomar o aparelho dos estudantes reforça a ideia de que a escola é o lugar da punição e do controle. Barbero (1996) explica que o reforço ao autoritarismo é a reação do sistema escolar diante da perda da escola como espaço legitimador do saber, da perda de autoridade, uma vez que o professor não representa mais aquele que sabe diante da multiplicidade de formas de comunicação que extrapolam o livro didático.

Esse pesquisador colombiano entende que o modelo hegemônico de comunicação, no qual se baseia o saber escolar, é “vertical, autoritário na relação professor-aluno e linearmente sequencial no aprendizado” (p. 52) e não se relaciona com a cultura do ecossistema de comunicação que vigora fora da escola: a do saber difuso e descentrado que pode circular fora dos lugares sagrados nos quais antes estava circunscrito (escola e igreja) e longe das figuras sociais que antes o administravam (professor e clérigos). Com os celulares sempre por perto, os jovens estão imersos num ecossistema de comunicação multimídia, com experiência cultural difusa e descentrada, e caberia à escola, ainda de acordo com Barbero (1996), repensar-se, diante desse cenário, em como ser um lugar em que o processo de aprender guarde seu encanto. Para ele o modelo comunicativo-pedagógico no qual se baseia o conhecimento escolar é distante das culturas vivenciadas pelas juventudes que frequentam a instituição.

A atitude defensiva da escola e do sistema educativo estão levando-os a desconhecer ou disfarçar o fato de que o problema de fundo está no desafio que lhe é apresentado por um ecossistema comunicativo, do

qual emerge outra cultura, outro modo de ver e de ler, de aprender e de conhecer. A atitude defensiva limita-se a identificar o melhor do modelo pedagógico tradicional com o livro e anatematizar o mundo audiovisual como o mundo da frivolidade, da alienação, da manipulação. Oxalá o livro fosse um meio de reflexão e de argumentação, mas, infelizmente não o é. (BARBERO, 2000, p. 56)

De acordo com esse pensamento, os problemas da escola não serão solucionados com a ajuda de tecnologia, e sim com uma transformação do modelo de comunicação que está do sistema escolar. Por isso, o autor entende ser indispensável partir dos problemas de comunicação antes de falar-se sobre os meios. A aparição de um ecossistema comunicativo, que é ao mesmo tempo a experiência cultural, o ambiente informacional e o espaço educativo difuso e descentrado em que os jovens estão imersos por meio das tecnologias, representa desafios culturais ao sistema educativo em seu conjunto.

REFERÊNCIAS

ARTOPOULOS, Alejandro. Notas sobre a cultura juvenil móvel na América Latina. In: BEIGUELMAN, Giselle; LA FERLA, Jorge (Orgs). *Nomadismos tecnológicos*. São Paulo: Editora Senac, 2011.

BARBERO, Jesús Martín. Desafios culturais da comunicação a educação. *Comunicação & Educação*, São Paulo, [181: 51 a 61], maio/ago. 2000. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/comeduc/article/view/4108/3860>>. Acesso em: 17 set. 2010.

BRASIL. Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). *Telefonia móvel fecha janeiro de 2013 com 262,26 milhões de acessos*. 21 de fevereiro de 2013a. Disponível em: <<http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalPaginaEspecialPesquisa.do?acao=&tipoConteudoHtml=1&codNoticia=27877>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

BRASIL. Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). *Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil: TIC Domicílios e Empresas 2011*. São Paulo: CGI.br, 2012. Coord. Alexandre R. Barbosa. Trad. Karen Brito. Disponível em: <<http://www.cetic.br/publicacoes/>>. Acesso em: 18 abr. 2012.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa nacional por amostra de domicílios 2011*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Acesso_a_internet_e_posse_celular/2011/PNAD_Inter_2011.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2013.

BRASIL. PL nº 2.806/2011. Proíbe o uso de aparelhos eletrônicos portáteis nas salas de aula dos estabelecimentos de educação básica e superior. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=945034&filename=PL+2806/2011>. Acesso em: 6 dez. 2012.

CARON, André H.; CARONIA, Letizia. *Culture mobile: lês nouvelles pratiques de communication*. Les Presses de l'Université de Montréal, 2005. [Tradução livre da professora Joana Peixoto, da PUC-Goiás, janeiro 2013]

LEMOS, André. Cibercultura e Mobilidade: a era da conexão. *Revista Razón y Palabra*. Comunicações Móveis. n. 41, out./nov 2004. Disponível em <<http://www.razonypalabra.org.mx/anteriores/n41/index.html>>. Acesso em: 21 maio 2012.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MOURA, Adelina Maria Carreiro. Geração Móvel: um ambiente de aprendizagem suportado por tecnologias móveis para a “Geração Polegar. In: DIAS, P.; OSÓRIO, A. J. (Orgs.) VI CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE TIC NA EDUCAÇÃO CHALLENGES 2009 / Desafios 2009. *Actas...* Braga: Universidade do Minho, Portugal, 2009. p. 50-78. Disponível em: <<http://adelinamouravita.com.sapo.pt/gpolegar.pdf>> acesso em 15 fev 2011

NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria. *"Tudo o que tenho de fixo na vida é meu celular": os celulares como âncoras da identidade dos jovens nômades urbanos*, 2004. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel24/AnaMAriaNicolacidacosta.pdf>> Acesso em: 25 fev. 2013.

PEIXOTO, Joana. Alguns mitos sobre a tecnologia e a inovação pedagógica. IX JORNADAS LATINOAMERICANAS DE ESTUDIOS SOCIALES DE LA CIENCIA Y LA TECNOLOGIA, 2012, Cidade do México. Balance del campo ESOCITE em América Latina y desafios. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2012, v. 1.

SANTAELLA, Lucia. *Linguagens líquidas na era da mobilidade*. São Paulo: Paulus, 2007.